

NOTAS ECONÓMICAS 7

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ALAIN LIPIETZ LE MONDE DE L'APRÈS-FORDISME

TONY CULYER O IMPACTO DA ECONOMIA DA SAÚDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

PEDRO NOGUEIRA RAMOS MECANISMOS DE TRANSMISSÃO MONETÁRIA: UMA ANÁLISE COM BASE EM DADOS ESPACIAIS

HORÁCIO CRESPO FAUSTINO COMÉRCIO INTRA-SECTORIAL E VANTAGENS COMPARATIVAS ENTRE PORTUGAL E ESPANHA (1983-1992)

MARIA ISABEL R. T. SOARES IRREVERSIBILIDADE E DIFERIMENTO DE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS

CARLOS TENREIRO SMEs IN EUROPE: THERE'S NO BUSINESS LIKE SMALL BUSINESS

JOÃO SOUSA ANDRADE CONFUSÕES À VOLTA DA UNIFICAÇÃO MONETÁRIA EUROPEIA

PAULINO TEIXEIRA EMPREGO E TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA

Notas bibliográficas



Ribeiro, J. Félix (coord.) (1995)

Portugal 2010 — Posição no Espaço Europeu, Uma Reflexão Prospectiva,

Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, 246 p.

Uma nova economia global, resultante de um processo de globalização do sistema financeiro, da indústria, das infra-estruturas de transportes e de comunicações, dos serviços de informação e de telecomunicações, dos mercados de consumo e das tecnologias de produção está indiscutivelmente em construção. É neste quadro de mudanças globais, que afectam e condicionam a economia nacional, que o Estado nacional e as organizações empresariais pretendem pensar a sua actuação e posicionamento.

Por esta razão, nos últimos anos, as empresas e as instituições públicas e privadas têm recrutado, entre competências reconhecidas e específicas, os mais reputados especialistas e técnicos portugueses, quer na administração pública, quer nos meios académicos, quer ainda em centros de investigação privados, para perspectivarem o futuro de Portugal, em diferentes áreas como a posição de Portugal no mundo e na Europa, os desafios estratégicos às empresas portuguesas, as vantagens competitivas das regiões portuguesas, as ameaças e as oportunidades sectoriais, e a reforma do Estado-Providência, entre outras.

É neste enquadramento que surge *Portugal 2010 — Posição no Espaço Europeu, Uma Reflexão Prospectiva*. O presente estudo foi elaborado por um Grupo de Trabalho, coordenado por Félix Ribeiro, do Departamento de Prospectiva e Planeamento, a que a Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional recorreu para que se fizesse um exercício de pensamento estratégico e prospectivo e de cenarização da economia Portuguesa.

Este documento começa por apresentar algumas reflexões sobre certas tendências de

base, umas já visíveis e outras previsíveis, da economia mundial e seus actores e da economia europeia. Tais reflexões são sempre importantes para o exercício prospectivo da economia Portuguesa, com que o documento termina, tendo como cenário de fundo o processo de globalização da economia e da sociedade.

Não existindo uma definição única de globalização que seja comumente aceite, são, no entanto, aqui identificados os seus processos característicos: a expansão da economia de mercado, a revolução industrial na Ásia, um sistema de produção internacional integrado, a globalização financeira, e a expansão dos serviços e da tecnologia no mercado internacional. Esta identificação é, a meu ver, tanto mais importante quando conceitos como mundialização, internacionalização, multinacionalização ou transnacionalização, tantas vezes utilizados, já não caracterizam adequadamente o actual estado da economia mundial.

Depois de fixados os contornos do processo de globalização, é feita uma reflexão sobre o contexto internacional neste final de século e início do que se aproxima, na perspectiva dos grandes actores da economia mundial; sobre as possibilidades de crescimento das várias áreas da economia mundial; sobre a situação geopolítica e a geoestratégica, nomeadamente, os potenciais de perturbação que constituem a Rússia, a China e o Golfo Pérsico. Este último ponto, por vezes, esquecido em documentos deste tipo, é aqui desenvolvido nos seus principais vectores.

São ainda estabelecidas, tendo como base o conceito de globalização, algumas configurações possíveis para o Sistema Monetário Internacional, que vão desde o fortalecimento do actual sistema até à total fragmentação e à criação de zonas monetárias, contrária ao processo de globalização. Curiosamente, desenvolve-se mais a importância do dólar e do iene, em cada uma destas configurações, do que a do marco ou da, "eventualmente", futura moeda única europeia, talvez para não voltar aqui ao



tema, tão discutido, da União Económica e Monetária.

O exercício de prospectiva da economia mundial é completado com a análise das configurações possíveis para a organização do comércio mundial. Neste aspecto, os autores do documento consideram excessiva a perspectiva de configuração de um mundo organizado em três grandes blocos comerciais, com centros nos EUA, na Europa Ocidental e no Japão e em torno das três respectivas moedas, o dólar, o ecu e o iene. Mas se há claros indícios de uma *triadização*¹, assente naqueles três centros, os argumentos invocados pelos autores não podem deixar indiferentes todos aqueles que procuram reflectir sobre estes temas. Defendem, então, os autores: que é difícil conceber um agrupamento comercial asiático e ainda centrado no Japão; que aos EUA não interessa apenas um espaço regional americano, não estando, por essa razão interessados na formação de blocos comerciais; e que a integração da China, da ex-URSS e da Índia não seria, propriamente, pacífica neste caso (Ribeiro, 1995: 73-74). Em causa está, certamente, a criação de alguns equilíbrios instáveis que estes blocos podem gerar, nomeadamente, se a dinâmica asiática não se integrar convenientemente na economia mundial.

Depois de apresentados os cenários possíveis da economia mundial, os autores viram-se para a Europa, aí identificando quatro questões-chave para o futuro: o aspecto demográfico, o *Welfare State*, as estruturas produtivas e a competitividade internacional e a geoeconomia e segurança. As referências a estas questões são claramente breves, mas dada a sua importância fulcral, os autores

¹ Que o Grupo de Lisboa define como "o facto de a integração tecnológica, económica e sociocultural, entre as três regiões mais desenvolvidas do mundo (Japão e os novos países industrializados do Sudeste Asiático, Europa Ocidental e América do Norte), ser uma tendência mais difundida, intensiva e significativa do que a tendência para a 'integração' entre essas três regiões e os países mais pobres e menos desenvolvidos, ou do que a tendência para a «integração» deste últimos entre si", in Grupo de Lisboa (1994), *Limites à Competição*, Publicações Europa-América, Lisboa, p. 114.

deveriam talvez ter ido um pouco mais longe. Por exemplo, a crise do Estado-providência, sem nunca estar referenciada, e, conseqüentemente, a crise do contrato social, é uma questão a que a Europa não poderá fugir, sobretudo, tendo em conta a dificuldade cada vez maior de financiar as transferências da Segurança Social.

É igualmente identificada, aqui de uma forma mais desenvolvida, a necessidade de reformularem-se as estruturas produtivas e os seus modos de regulação económico-social, de modo a recuperarem-se as condições de competitividade internacional, nomeadamente em alguns sectores de alta tecnologia, menos presentes na Europa do que nos EUA ou no Japão. Apontam-se também à posição europeia alguns pontos fracos em "*clusters* que vão ter um forte dinamismo na procura interna dos países desenvolvidos — saúde, informação e lazer" (Ribeiro, 1995: 96).

A afectar a competitividade estão também os alinhamentos das políticas monetárias dos países europeus pelas do *Bundesbank*, e de acompanhamento da moeda "forte" alemã. Constituindo a Alemanha o arquétipo dos "círculos virtuosos", a apreciação nominal da moeda — que conduziu a uma sobrevalorização, tendo em conta a taxa de câmbio da paridade do poder de compra —, reflectiu-se na diminuição da taxa de inflação, num aumento dos lucros reais, do investimento e da produtividade, na mundialização das suas empresas e no reforço das condições estruturais e da qualidade da especialização. Contudo, como os outros países não têm os aparelhos produtivos, condições estruturais e qualidade de especialização semelhantes às da Alemanha, as suas políticas de alinhamento em relação à política da valorização alemã estão em contradição com as suas necessidades, porque os seus produtos ficam mais caros e, por isso, menos competitivos em relação aos produtos estrangeiros. Esta é sem qualquer dúvida, uma questão determinante do futuro da economia portuguesa e do seu tecido produtivo, que me apraz ver analisada.

São depois equacionadas as opções possíveis para a Europa, tendo em conta as duas tendências básicas: globalização ou

continentalização. No primeiro caso preconizam uma aproximação dos EUA e no segundo um olhar para o interior do continente europeu e uma aproximação à Rússia.

Por último, é apresentada a cenarização da evolução estrutural da economia portuguesa, o que, de resto, constitui, sem dúvida, a mais-valia fundamental e crucial deste documento. Numa altura em que se discute se a capacidade real da economia portuguesa está ou não preparada para aderir à moeda única, uma das questões fulcrais aqui analisadas é o aumento da competitividade global da economia portuguesa. Este deve ser conseguido através de uma melhoria da sua estrutura produtiva e da qualidade da especialização internacional, de modo a garantir três grandes objectivos: produção para os mercados mais dinâmicos e com mais altas taxas de crescimento; produção nos sectores mais dinâmicos e que produzam maior valor acrescentado; e exploração de todo o potencial de crescimento.

É a escolha da estrutura produtiva e do grau de qualidade da especialização internacional que vai depois servir para definir os cenários. Esses cenários são os seguintes: *Consolidação e Tradição*, de predominância iberoeuropeia; *Diversificação e Revitalização Industrial*, de predominância euroatlântica; e *Terciarização e Internacionalização*, de predominância euroglobal.

Para qualquer um dos cenários são apresentados os pontos fortes e fracos e, simultaneamente, algumas medidas de política económica necessárias à sua concretização. Aos agentes económicos e aos decisores políticos é deixado um amplo grau de liberdade de escolha, pois nem os cenários, nem as opções, nem as conclusões apresentadas são tomadas como definitivos, antes contribuindo para aumentar a reflexão das escolhas para a economia portuguesa. Por todas estas razões, torna-se, a meu ver, imprescindível a leitura deste documento.

Luis Peres Lopes

